

DESAFIOS NA ELABORAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE ENSINO MÉDIO EM TEMPO INTEGRAL NO CEARÁ

CHALLENGES IN DRAWING UP THE PEDAGOGICAL POLICY PROJECT IN FULL-TIME PUBLIC SECONDARY SCHOOLS IN CEARÁ

ISSN: 2595-8704. DOI: 10.29327/2323543.25.1-8

Karla Elane De Moraes Amorim ¹

RESUMO

O projeto político pedagógico tem sido objeto de estudo de vários segmentos da educação, como estudiosos, educadores, instituições de ensino, buscando compreender os caminhos para uma educação de qualidade e com equidade. A escola é um organismo vivo, em está em constante movimento, composta por diversos atores que vivem em contínua interação, sendo necessário um elo se interpor entre eles e através deles, identificando, apresentando e intermediando em suas atribuições, nos processos e apontando as finalidades. Daí ressaltarmos a importância de se compreender o que vem a ser o projeto político pedagógico e seu processo de concepção dentro do contexto escolar. O presente estudo pretende apontar desafios enfrentados pelas escolas públicas de ensino médio em tempo integral no Ceará para a elaboração de seus projetos políticos pedagógicos dentro de um contexto pós-pandêmico, tendo como ponto de partida as avaliações externas como indicadores e os programas, diretrizes e orientações pedagógicas como suportes para oferecer uma educação integral, que visa desenvolver o cognitivo e as competências e habilidades socioemocionais.

PALAVRAS-CHAVE: Gestão, Projeto Político Pedagógico; Planejamento; Pandemia, Rotina Escolar; Currículo, Ceará, Tempo Integral.

ABSTRACT

The political pedagogical project has been the subject of study by various segments of education, such as scholars, educators and educational institutions, seeking to understand the paths to quality education with equity. The school is a living organism, in constant movement, made up of various actors who live in continuous interaction, and a link needs to be interposed between them and through them, identifying, presenting and intermediating in their attributions, in the processes and pointing out the purposes. Hence the importance of understanding what the political pedagogical project is and how it is conceived within the school context. This study aims to point out the challenges faced by full-time public high schools in Ceará in drawing up their pedagogical policy projects within a post-pandemic context, taking external evaluations as a starting point and programs, guidelines and pedagogical orientations as support for offering comprehensive education, which aims to develop cognitive and socio-emotional skills and abilities.

KEYWORDS: Management, Pedagogical Political Project; Planning; Pandemic, School Routine; Curriculum, Ceará, Full Time.

¹ Mestranda em Ciências da Educação pela ACU - Absolute Christian University. E-MAIL: karla.elane@hotmail.com. CURRÍCULO LATTES: lattes.cnpq.br/9714180748935716

INTRODUÇÃO

O projeto político pedagógico tem sido objeto de estudo de vários segmentos da educação, como estudiosos, educadores, instituições de ensino, buscando compreender os caminhos para uma educação de qualidade e com equidade.

Este estudo especificamente, tem a pretensão de discorrer sobre os desafios dentro do processo de elaboração do Projeto Político Pedagógico nas Escolas de Ensino Médio de Tempo Integral no Ceará, tendo como uma das referências para o estudo, o projeto político pedagógico desenvolvido pela Secretaria Estadual de Educação do Ceará e suas diretrizes, que tem por finalidade, nortear as instituições de ensino do Estado, dentro do contexto de pós pandemia.

A escola é um organismo vivo, em está em constate movimento, composta por diversos atores que vivem em contínua interação, sendo necessário um elo se interpor entres eles e através deles, identificando, apresentando e intermediando em suas atribuições, nos processos e apontando as finalidades. Daí ressaltarmos a importância de se compreender o que vem a ser o projeto político pedagógico e seu processo de concepção dentro do contexto escolar.

Cada projeto político pedagógico é único, e pertencente a um tempo e a um espaço específico, pois a escola como já afirmamos, é um ambiente em constante atividade e requer que seu projeto pedagógico seja tão volátil quanto, mas sem se perder dentro dos seus ciclos, pois é a partir da análise do contexto atual que o Projeto político pedagógico pode ser elaborado e reelaborado.

Não se copia um PPP (Projeto Político Pedagógico), ele é criado a partir de um contexto estabelecido, pois cada escola trará consigo suas necessidades, desafios e anseios, pois seu corpo docente é único, o público a ser atendido é único, a estrutura física influencia o plano a ser executado, pois apesar de algumas escolas possuírem um padrão arquitetônico,

ainda assim, o tamanho, quantidade de ambientes de aprendizagem disponíveis, a sua localização em determinado bairro, ou rua, os níveis de proficiência dos alunos oriundos do município naquele determinado ano letivo, os resultados internos e externos da escola, a participação direta ou indireta da comunidade, o modelo de gestão, se democrático ou tradicional, as orientações específicas das coordenadorias regionais, a adesão ou não de determinadas metodologias de ensino e de projetos de entidades parceiras, enfim todas estas situações interferem efetivamente nas práticas pedagógicas, na rotina escolar e no processo de ensino-aprendizagem como um todo. Tais interferências trazem consigo a necessidade de análise responsável do contexto, com o intuito de projetar ações que atendam as demandas, trazendo respostas para tais pontos, dentro do processo de elaboração do PPP (Projeto Político Pedagógico).

Mas antes de iniciarmos o aprofundamento do estudo, faz-se necessário conceituar o que se entende por Projeto Político Pedagógico. O PPP é o instrumento que serve como referencial, como guia para a aplicação das ações educacionais dentro de uma instituição de ensino, pois tem como pressuposto a apresentação da proposta pedagógica a ser seguida por todos os que compõem a comunidade escolar.

Como a própria etimologia da palavra projeto sugere, projetar é lançar algo para frente, partir de um ponto para outro, objetivando alcançar o êxito daquilo que foi projetado, como podemos compreender melhor na interpretação de Veiga, apoiando-se na visão de Gadotti:

Ao construirmos os projetos de nossas escolas, planejamos o que temos intenção de fazer, de realizar, lançamo-nos pata diante, com base no que temos, buscando o possível. É antever um futuro diferente do presente. Nas palavras de Gadotti: Todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para tentar arriscar-se, atravessar um período

de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função de cada promessa que cada projeto contém de estado melhor que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus atores e autores. (GADOTTI, 1994, p.579 apud VEIGA, 2013, p.02)

Partindo desta concepção, podemos dizer que um projeto político pedagógico é a proposta de organização educacional da escola, é um lugar de participação, de contínua reflexão e debates sobre as situações problemas que a escola enfrenta e deve está diretamente ligado ao contexto sociopolítico dos envolvidos, de forma a desenvolver ações que desenvolvam a consciência cidadã de todos que compõem a comunidade escolar de forma participativa e coletiva.

É projeto porque reúne propostas de ação concreta a executar durante determinado período de tempo. É político por considerar a escola como um espaço de formação de cidadãos conscientes, responsáveis e críticos, que atuarão individual e coletivamente na sociedade, modificando os rumos que ela vai seguir. É pedagógico porque define e organiza as atividades e os projetos educativos necessários ao processo de ensino e aprendizagem. LOPES Noêmia. O que é o projeto político-pedagógico (PPP), Nova Escola Gestão, 01 de Dezembro de 2010. Disponível em: <https://gestaoescolar.org.br/conteudo/560/o-que-e-o-projeto-politico-pedagogico-ppp>. Acesso em: 13 de mar. de 2023

O presente estudo tem intenção de apresentar desafios enfrentados pelas escolas públicas estaduais de ensino de médio de tempo integral do Estado do Ceará em período pós-pandêmico, para construir o projeto político pedagógico de suas unidades, tendo como embasamento teórico a BNCC – Base Nacional Comum Curricular, as DCNEM - Diretrizes Curriculares Nacionais

para o Ensino Médio, e o DCRC – Documento Curricular Referencial do Ceará. Dentre os desafios, elencaremos a diminuição da defasagem na aprendizagem, o combate ao abandono e a manutenção do clima escolar.

Iniciaremos a abordagem de forma a buscar esclarecer como funciona o sistema de colaboração entre Estado e municípios, e qual os papéis a serem desempenhados por ambos, no que diz respeito a assegurar a oferta de uma educação de qualidade segundo garante a Constituição Federal. Posteriormente, discutiremos sobre o que os documentos orientadores fornecidos pela Secretaria de Educação do Estado indicam para construção dos projetos políticos pedagógicos das unidades de ensino médio das escolas públicas, e, por fim, a aplicação das orientações dentro do PPP da escola para atender as demandas: aprendizagem, frequência e acolhida.

REGIME DE COLABORAÇÃO, ESTADO E MUNICÍPIOS.

O QUE DIZ A CONSTITUIÇÃO:

De acordo com o artigo 211 do texto da constituição federal, a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios devem se organizar em regime de colaboração para a oferta da Educação, como podemos observar:

Art. 211. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

§ 1º A União organizará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, financiará as instituições de ensino públicas federais e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

§ 2º Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e

na educação infantil. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

§ 3º Os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

§ 4º Na organização de seus sistemas de ensino, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios definirão formas de colaboração, de forma a assegurar a universalização, a qualidade e a equidade do ensino obrigatório. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

§ 5º A educação básica pública atenderá prioritariamente ao ensino regular. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006) (BRASIL, 1988, Art.211) Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10649371/artigo-211-da-constituicao-federal-de-1988>. Acesso em: 14 de mar. de 2023

Para as escolas públicas estaduais começarem a elaborar ou reorganizarem seus PPP para darem início ao ano letivo, precisam ter em vista a clientela que receberá a cada ano, no caso do ensino médio, a comunidade escolar deve preparar-se para atender a demanda das escolas municipais que encaminharão os alunos do 9º ano do ensino fundamental.

Observando esta demanda anual e baseando-se nas análises dos resultados constatados através da aplicação das avaliações externas, a exemplo, o SPAECE (Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica), que revelam altos índices de defasagem de aprendizagem dos alunos egressos do ensino fundamental dos municípios, a secretaria de educação do Estado do Ceará, elabora e aplica a avaliação externa com a seguinte finalidade:

A idealização do SPAECE-Alfa surge em decorrência da reconhecida importância na alfabetização das crianças logo nos primeiros anos de escolaridade, expressa através do Programa Alfabetização na Idade Certa (PAIC). O SPAECE-Alfa consiste numa avaliação anual, externa e censitária, para identificar e analisar o nível de proficiência em leitura dos alunos do 2º

ano do Ensino Fundamental das escolas da Rede Pública (estaduais e municipais), possibilitando construir um indicador de qualidade sobre a habilidade em leitura de cada aluno, o qual permite estabelecer comparações com os resultados das avaliações realizadas pelos municípios e pelo Governo Federal (Provinha Brasil).

A Avaliação do Ensino Fundamental é realizada nas séries finais de cada etapa do Ensino Fundamental, com a finalidade de diagnosticar o estágio de conhecimento, bem como analisar a evolução do desempenho dos alunos do 5º e 9º anos e os fatores associados a esse desempenho, produzindo informações que possibilitem a definição de ações prioritárias de intervenção na Rede Pública de ensino (estadual e municipal).

A Avaliação do Ensino Médio, realizada anualmente de forma censitária, envolve todas as escolas da Rede Estadual de ensino e seus anexos, localizadas nos 184 municípios cearenses.

O conjunto de informações coletadas por esta avaliação permite montar um quadro sobre os resultados da aprendizagem dos alunos, seus pontos fracos e fortes, e sobre as características dos professores e gestores das escolas estaduais. Em se tratando de uma avaliação de característica longitudinal, possibilita ainda acompanhar o progresso de aprendizagem de cada aluno ao longo do tempo. (CEARÁ. SEDUC, 2023. Disponível em:

<https://www.seduc.ce.gov.br/spaace/#:~:text=O%20SPAECE%2C%20na%20vertente%20Avalia%C3%A7%C3%A3o,em%20L%C3%ADngua%20Portuguesa%20e%20Matem%C3%A1tica>. Acesso em 14 de mar. de 2023

PROGRAMA MAIS PAIC

A partir da análise dos resultados do SPAECE, entre outras avaliações externas, como Saeb (O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica) e Ideb (O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), o governo do Estado do Ceará, através da secretaria de educação, em parceria com os municípios desenvolve o PAIC (PROGRAMA APRENDIZAGEM NA IDADE CERTA), objetivando melhorar a qualidade de educação, pois apesar de o município ser o responsável direto do ensino

fundamental, o estado como entes federativos e segundo a constituição é corresponsável e deve cooperar para a fornecer uma educação de qualidade para todos. A aplicação inicial do programa PAIC, tinha as séries iniciais como foco, aluno deverá sair do ensino fundamental alfabetizado e se apropriando de conhecimentos básicos característicos das séries pertencentes ao ensino fundamental, mas o governo ampliou o programa para atender a demanda das séries finais do ensino fundamental, como podemos observar no texto:

Em 2015, o governador Camilo Santana lançou o MAIS PAIC – Programa de Aprendizagem na Idade Certa. A medida teve como finalidade ampliar o trabalho de cooperação já existente com os 184 municípios, que além da Educação Infantil e do 1º ao 5º ano, passou a atender também do 6º ao 9º ano nas escolas públicas cearenses. A iniciativa apoia a aprendizagem dos alunos para que sigam com sucesso, tenham bons resultados e ingressem no Ensino Médio bem preparados. (CEARÁ. SEDUC, 2023. Disponível em: <https://www.seduc.ce.gov.br/mais-paic/> Acesso em: 14 de mar. de 2023)]

A partir desta iniciativa as escolas passam a receber alunos oriundos do fundamental com menor déficit de aprendizagem, podendo assim elaborar seus PPP com foco nas aprendizagens do ensino médio e não mais de recuperação das aprendizagens devido ao atraso na aprendizagem característico dos alunos da rede municipal.

OS REFLEXOS DA PANDEMIA DO COVID 19

A pandemia do COVID 19, que teve seu início em 2020, e trouxe consigo uma desaceleração do crescente desempenho do Ceará nos índices de educação, como podemos observar na fala da orientadora da célula de

Avaliação e Desempenho Acadêmico da Seduc, em 2021, Ana Paula Pequeno: “Tínhamos uma tendência de crescimento nos resultados. A suspensão das aulas presenciais acarretou um impacto, a desaceleração nas aprendizagens.” (CEARÁ, 2021, MOTA)

No quadro abaixo podemos observar a evolução da nota do Estado do Ceará através da aplicação das avaliações do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) é um indicador criado pelo governo federal para medir a qualidade do ensino nas escolas públicas, tendo seu foco, as séries finais 5º, 9º e 3º anos:

Decretos, instrumentos normativos foram publicados pelo Governo do Estado, com o objetivo de

Tabela 1: IDEB para o Ensino médio - rede geral - 2005 a 2019

Estados	2005		2007		2009		2011		2013		2015		2017		2019	
	IDEB	rk	IDEB	rk	IDEB	rk	IDEB	rk	IDEB	rk	IDEB	rk	IDEB	rk	IDEB	rk
Brasil	3,4	-	3,5	-	3,6	-	3,7	-	3,7	-	3,7	-	3,8	-	4,2	-
Goiás	3,2	14	3,1	18	3,4	13	3,8	5	4,0	2	3,9	7	4,3	3	4,8	1
Espírito Santo	3,8	1	3,6	8	3,8	6	3,6	12	3,8	7	4,0	2	4,4	1	4,8	1
Paraná	3,6	5	4,0	1	4,2	1	4,0	3	3,8	7	3,9	6	4,0	8	4,7	3
São Paulo	3,6	5	3,9	4	3,9	3	4,1	2	4,1	1	4,2	1	4,2	3	4,6	4
Distrito Federal	3,6	5	4,0	1	3,8	6	3,8	5	4,0	2	4,2	2	4,1	4	4,5	5
Pernambuco	3,0	18	3,0	18	3,3	16	3,4	16	3,8	7	4,0	2	4,1	4	4,5	5
Ceará	3,3	9	3,4	11	3,6	10	3,7	8	3,6	11	3,7	9	4,1	4	4,4	7
Roraima	3,2	13	3,2	12	3,7	9	3,7	8	3,6	11	3,6	13	4,0	8	4,3	8
M. G. do Sul	3,3	9	3,8	5	3,8	6	3,8	5	3,6	11	3,7	9	3,8	12	4,2	9
Minas Gerais	3,8	1	3,8	5	3,9	3	3,9	4	3,8	7	3,7	9	3,9	10	4,2	9
R. G. do Sul	3,7	4	3,7	7	3,9	3	3,7	8	3,9	6	3,6	13	3,7	15	4,2	9
Santa Catarina	3,8	1	4,0	1	4,1	2	4,3	1	4,0	2	3,8	8	4,1	4	4,2	9
Rio de Janeiro	3,3	9	3,2	12	3,3	16	3,7	8	4,0	2	4,0	2	3,9	10	4,1	13
Paraíba	3,0	18	3,2	12	3,4	12	3,3	18	3,3	16	3,4	17	3,5	18	4,0	14
Piauí	2,9	21	2,9	21	3,0	27	3,2	20	3,3	16	3,4	17	3,6	17	4,0	14
Tocantins	3,1	16	3,2	12	3,4	12	3,6	12	3,3	16	3,4	17	3,8	12	4,0	14
Acre	3,2	13	3,5	9	3,5	11	3,4	16	3,4	14	3,6	13	3,8	12	3,9	17
Alagoas	3,0	18	2,9	21	3,1	23	2,9	26	3,0	22	3,1	25	3,5	18	3,9	17
Roraima	3,5	8	3,5	9	3,4	12	3,6	12	3,4	14	3,6	13	3,5	18	3,9	17
Maranhão	2,7	26	3,0	18	3,2	20	3,1	23	3,0	22	3,3	20	3,5	18	3,8	20
Sergipe	3,3	9	2,9	21	3,2	20	3,2	20	3,2	19	3,2	22	3,7	15	3,7	21
Amazonas	2,4	27	2,9	21	3,3	16	3,5	15	3,2	19	3,7	9	3,5	18	3,6	22
Mato Grosso	3,1	16	3,2	12	3,2	20	3,3	18	3	22	3,2	22	3,5	18	3,6	22
Bahia	2,9	21	3,0	18	3,3	16	3,2	20	3,0	22	3,1	25	3,0	27	3,5	24
R. G. do Norte	2,9	21	2,9	21	3,1	23	3,1	23	3,1	21	3,2	22	3,2	24	3,5	24
Amapá	2,9	21	2,8	26	3,1	23	3,1	23	3,0	22	3,3	20	3,2	24	3,4	26
Pará	2,8	25	2,7	27	3,1	23	2,8	27	2,9	27	3,1	25	3,1	26	3,4	26

Fonte: INEP/MEC. Elaboração: IPECE.

manter a atividade escolar funcionando, garantindo o direito à aprendizagem, de forma remota e/ou híbrida. Mesmo com a pandemia e os prédios das escolas fechados, o Estado conseguiu manter-se com bons resultados, nos índices das avaliações externas, quando comparado a outros estados do país, e mesmo com aulas virtuais ininterruptas, o isolamento social, uma urgente adaptação às novas tecnologias, ocasionou a um aumento da defasagem na aprendizagem e do abandono, trazendo consigo inevitáveis prejuízos educacionais. Sobre isto, Silveira enfatiza:

A escola tem um papel fundamental quando se trata de potencialidades sociais, todavia, esse papel foi prejudicado durante

os anos de 2020 e 2021, prejuízos que, segundo o CEE, se estenderão até possivelmente o ano de 2023. Altas taxas de abandono e evasão puderam se verificadas nas mais variadas redes escolares, desta forma, pôde-se constatar grande prejuízo no fluxo escolar segundo Conselho Estadual de Educação do Ceará (CEE), Parecer nº 0386/2021 (CEARÁ, 2021a). Governo do Estado do Ceará, durante esses dois anos de pandemia Covid-19, emitiu diversos decretos, normas e outros instrumentos com valor jurídico e legislador, cujo intuito foi manter o funcionamento da escola e desenvolver o direito à aprendizagem, seja ela de forma remota e/ou híbrida, sem perder o foco na preservação da vida e procurando sempre alinhar as diretrizes as recomendações internacionais de organismos como a OMS. A pandemia surgiu em meio a uma crise de aprendizagem, no qual o Brasil vinha tentando superar ano após ano por meio da melhoria dos seus índices de aprendizagem. Podemos verificar através das metas e monitoramento do PNE (Plano Nacional de Educação) relativas à educação básica crescimento substancial em todos os índices, ainda que algumas metas não fossem alcançadas, é evidente que as políticas viam exibido ganhos e frutos no processo. Todavia, segundo Censo2020, 99% das escolas brasileiras suspenderam as atividades presenciais em virtude da pandemia, dos quais 98% das escolas adotaram estratégias não presenciais de ensino, isto posto, é inequívoco entender que os frutos desses processos, certamente, modificarão boa parte do processo evolutivo alcançado. (SILVEIRA, 2022, p. 03)

Diante da nova e inesperada realidade, a escola pública de ensino médio do Estado do Ceará, se ver diante da necessidade de repensar seus planos de ação, com a substituição das atividades presenciais, por remotas e/ou híbridas, e que indiscutivelmente representaram desafios, para a gestão, como para professores e alunos. Neste novo cenário se priorizou o

empenho do aluno em vencer todas dificuldades próprias do contexto pandêmico, e o esforço tornou-se o protagonista, no lugar unicamente do desempenho. A escola procura primordialmente manter o vínculo com o aluno, para receberem todo apoio pedagógico, como também socioemocional.

O resgate dos discentes infrequentes, a facilitação do acesso à internet, a falta de manejo com as novas tecnologias, a falta de empatia com o trabalho dos professores por parte de alguns segmentos da sociedade e apatia das famílias, entre outros, foram desafios para uma reestruturação do projeto político pedagógico neste período que perdurou de 2020 até meados 2022, e que se estende seus resquícios em grande parte até o presente momento. A escola pública tem realizado árduo trabalho de acompanhamento, recomposições das aprendizagens, busca ativa para diminuição das evasões e abandonos, como também para minimizar os impactos socioemocionais, tanto de alunos, como de professores e funcionários, com o objetivo de reduzir ao máximo os danos causados pelo isolamento social.

DAS ORIENTAÇÕES PEDAGÓGICAS:

DCRC - DOCUMENTO CURRICULAR REFERENCIAL DO CEARÁ PARA AS ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO DE TEMPO INTEGRAL

A expectativa com a implantação das escolas com proposta de educação em tempo integral no ensino médio do Ceará, é a de melhorar as condições socioeducacionais dos discentes e as condições de trabalho para os docentes e para a gestão, otimizando os tempos e ambientes pedagógicos com propósito de potencializar o desenvolvimento cognitivo, cultural e emocional dos alunos; através de experiências educativas significativas contribuindo para sua formação integral.

O DCRC é um documento fruto de uma reorganização curricular e de discussões embasadas na

Base Nacional Comum Curricular (BNCC) com o intuito de orientar e auxiliar as instituições de ensino do Estado do Ceará para conduzirem suas propostas educativas afim de atender as demandas atuais de nossa sociedade. Dentro de suas orientações encontraremos pontos específicos direcionados a auxiliar as propostas políticas pedagógicas para as EEMTI, que tem por premissa a educação integral em tempo integral.

OBJETIVOS PRINCIPAIS DAS EEMTI, SEGUNDO O DCRC:

- a) Fomentar a participação da comunidade escolar para o desenvolvimento de uma aprendizagem dialógica das/dos alunas/os;
- b) Promover uma transformação social e educativa, a partir das interações e da participação da comunidade na aprendizagem das/dos alunas/os;
- c) Fortalecer o processo de aprendizagem das/dos alunas/os por meio das interações sociais;
- d) Melhorar a convivência, respeitando-se as individualidades e as diferenças inerentes ao ser humano. (CEARÁ, 2021)

PROPOSTA CURRICULAR

As EEMTI possuem uma carga horária maior que as escolas com modalidades regulares, dispondo de 45 horas/aulas semanais e nove tempos diários com disciplinas da base comum, parte diversificada, eletivas e trilhas de aprofundamento. Desta forma, oportunizam uma oferta de um currículo mais abrangente: dependendo da série, de com até 05 de tempos letivos por semana, garantindo uma diversificação do currículo e o acesso a um itinerário formativo, de acordo com os interesses e projeto de vida do aluno durante o Ensino Médio.

DIMENSÕES PEDAGÓGICAS QUE FUNDAMENTAM O

CURRÍCULO DA EEMTI

- a) Pesquisa como princípio pedagógico;
- b) Trabalho como princípio educativo;

- c) Desmassificação do ensino;
- d) Itinerários formativos diversificados. (CEARÁ, 2021)

ATUAÇÃO DOCENTE

Segundo o DCRC, a ação pedagógica do corpo docente deve ser de caráter humanista e de integralidade do conhecimento, ou seja, voltada para a construção de conhecimentos articulados, que visam o desenvolvimento de um ser humano consciente do seu papel social, onde o aluno é o centro do planejamento escolar, como protagonista da sua própria aprendizagem.

PROTAGONISMO JUVENIL

O DCRC visa preservar o respeito à identidade, e a diversidade, identificando as necessidades e anseios individuais de todos dos alunos que integram o Ensino Médio, com objetivo principal a formação integral e humana, cognitiva e emocional, nos níveis pessoal, social e de preparação para o mercado de trabalho.

Paulo Freire afirma que os seres humanos são dotados de um constante ampliar de si, ou seja, ao curso da vida, a cada momento, estamos aptos a apreender ou a construir, a inventar, a modificar pensamentos, ações de modo a estarmos em permanente estágio de ampliação, podendo "ser mais", melhor dizendo, ampliando o seu ser a um plano mais "ser mais", na perspectiva de Freire (2019). (FREIRE, 2019 apud CEARÁ, 2021)

Diante do exposto, cabe à comunidade escolar, gerenciada por uma gestão democrática a missão de construir um PPP que contemple os anseios dos seus sujeitos, que valorize seus profissionais e busque criar um ambiente de educação produtivo, humano e que garanta o desenvolvimento de suas potencialidades, contemplando uma educação de qualidade, equitativa e igualitária.

ORIENTAÇÕES PARA CONCEPÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO PARA O ANO LETIVO DE 2023

A escola, é um ambiente para desenvolver ações de acolhimento e é imprescindível atitudes e ações voltadas para o cuidado e autocuidado, com o bem-estar psicossocial toda a comunidade escolar. O PPP precisa identificar ações que garantam um clima escolar harmônico e acolhedor que gere bem-estar a todos os integrantes.

Recomenda-se que os estabelecimentos de ensino, para potencializar o autocuidado, elaborem um plano de acolhimento, especificando as linhas de atuação, as estratégias, o tempo e o público-alvo para cada ação. Em caso necessário, quando da elaboração da proposta de acolhimento, poderá contar com algumas das iniciativas pedagógicas que compõem a política de desenvolvimento de competências socioemocionais a qual consiste na mobilização e na preparação das/os profissionais da educação, com o apoio das/os Psicólogas/os Educacionais, para desenvolver atitudes e habilidades que fortaleçam a capacidade de regular emoções, de alcançar objetivos, de demonstrar empatia, de manter relações sociais positivas e de tomar decisões de maneira responsável, impactando tanto no desempenho escolar quanto na preparação para a complexidade da vida. (CEARÁ, 2023, p. 11)

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DE ENSINO MÉDIO EM TEMPO INTEGRAL: PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CEARÁ PARA EEMTI

A abordagem para construção do Projeto Político Pedagógico como instrumento norteador do trabalho da escola pública como um todo, deve estar sempre pautada em princípios como na igualdade, equidade e

democracia. Uma gestão democrática incentiva a participação de todos os segmentos da escola, para uma construção coletiva e participativa nas tomadas de decisões e na elaboração de ações e entrega de sugestões, rompendo com as estruturas de poder e individualismo frequentemente vivenciadas dentro do ambiente escolar tradicional, e que impedem que a autonomia e cooperação de toda comunidade escolar esteja presente.

É indispensável que o PPP da Escola em Tempo Integral contemple ações que promovam a equidade, através da realização de projetos que atendam seu público-alvo, a juventude, e que trabalhem o desenvolvimento de suas potencialidades, autonomia, protagonismo e formação integral, garantindo o direito a uma educação de qualidade e respeito as suas individualidades.

Fundamentos que pautam as EEMTI para seu funcionamento:

Diversificação dos itinerários formativos dos estudantes a partir da oferta de componentes ou tempos eletivos que possam proporcionar a imersão nos espaços históricos, recreativos, econômicos e culturais da comunidade;

- Estabelecer núcleos de interesse, onde os alunos, independente da série e turma na qual estejam matriculados, possam se reunir para estudar assuntos de seus interesses imediatos, sejam vinculados à base comum, a conteúdos relacionados à história, geografia, economia, relações de trabalho, meio ambiente ou cultura da comunidade, dentre outras áreas;
- Criar grupos de estudos cooperativos para aprofundamento do conhecimento cognitivo e para leitura e discussão de obras da literatura brasileira e mundial;
- Desenvolver atividades em clubes estudantis;
- Permitir ao aluno trilhar um itinerário mais fortemente vinculado à formação profissional;
- Fortalecimento do vínculo de cada estudante com a escola (sentimento de pertença) na perspectiva da realização do projeto de vida tendo a escola como meio para o alcance dos seus sonhos;

- Integração da Família, Comunidade e Escola por meio da participação efetiva da família e comunidade nas atividades escolares e da escola nas atividades da comunidade;
- Fortalecimento das relações interpessoais aluno/aluno, aluno/professor, professor/professor, apoiados pela liderança da equipe gestora da escola;
- Priorização do trabalho pedagógico inter e transdisciplinar, na perspectiva da articulação das disciplinas curriculares com diferentes campos de conhecimento e práticas socioculturais;
- Ampliação das possibilidades de vivência da pesquisa como princípio pedagógico e do trabalho como princípio educativo;
- Constituição de territórios e itinerários educativos para o desenvolvimento de atividades de educação integral, por meio da integração dos espaços escolares com espaços públicos como centros comunitários, bibliotecas públicas, praças, parques, museus e cinemas;
- Incentivo à criação de espaços educativos sustentáveis, incluindo a readequação dos prédios escolares com foco na acessibilidade, na gestão, na formação de professores e na inserção das temáticas de sustentabilidade ambiental nos currículos e no desenvolvimento de materiais didáticos;
- Afirmação da cultura dos direitos humanos, estruturada na diversidade, na promoção da equidade étnico-racial, religiosa, cultural, territorial, geracional, de gênero, de orientação sexual, de opção política e de nacionalidade, por meio da inserção da temática dos direitos humanos na formação de professores, nos currículos e no desenvolvimento de materiais didáticos. (SEDEC, 2016, p. 6).

CURRÍCULO E O NOVO ENSINO MÉDIO

A secretaria da educação vem aplicando a avaliação diagnósticas, através do SISEDU (Sistema Online de Avaliação, Suporte e Acompanhamento Educacional) com todos os alunos do ensino médio, no início do ano letivo, para ajudar a detectar quais são os níveis de defasagem dos alunos egressos do ensino

fundamental do município. Após a análise dos dados a gestão escolar convoca todo o colegiado para dar início ao processo de recomposição das Aprendizagens, que tomou caráter de urgência, após os anos de 2020 e 2021, onde os alunos tiveram acesso aos conteúdos apenas de forma remota/hibrido.

ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A organização curricular no novo ensino médio no Ceará tem a seguinte formatação: Base Comum, Parte Diversificada e trilhas de Aprofundamento:

As Trilhas de Aprofundamento se desenvolverão de acordo com os parâmetros de atualização do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), constituídas, assim, por quatro blocos cujas áreas do conhecimento se encontram integradas da seguinte forma: Bloco 1: Linguagens e suas tecnologias e Ciências humanas e sociais aplicadas; Bloco 2: Matemática e suas tecnologias e Ciências da natureza e suas tecnologias; Bloco 3: Matemática e suas tecnologias e Ciências humanas e sociais aplicadas; e Bloco 4: Ciências da natureza e suas tecnologias e Ciências humanas e sociais aplicadas. (CEARÁ, 2023)

PPDT - PROJETO PROFESSOR DIRETOR DE TURMA

O Projeto Professor Diretor de Turma, visa à construção de uma escola que procure unir a razão e a emoção, proporcionando uma educação integral. Tem como objetivo a interação com as/os estudantes e famílias, contribuindo para a permanência escolar, do êxito acadêmico e promoção da consciência cidadã. É papel do PDT a política de mediação das relações entre alunos de sua turma e os demais segmentos da comunidade escolar, e o desenvolvimento de competências socioemocionais.

PROJETO BUSCA ATIVA

A infrequência e abandono das/os estudantes, são combatidas através de ações de busca ativa pela escola, por intermédio dos PDTs, pelo acompanhamento de alunos monitores, como também pelo envolvimento de toda a comunidade escolar com objetivo de reintegrar os alunos que por inúmeros motivos e afastaram de suas funções enquanto estudantes. Com o objetivo de impedir o abandono escolar, toda a comunidade escolar, realiza estratégias para acompanhar a frequência em sala de aula, criar dinâmicas dos estudos, trabalho de escuta ativa para auxiliar nas necessidades emocionais e sociais dos estudantes. O governo do Estado através de suas coordenadorias regionais disponibiliza psicólogas/os e assistentes sociais das para dar suporte quando necessário e solicitado.

AVALIAÇÃO

A proposta política-pedagógica da escola deve ter seu início e fim nas avaliações, sejam elas diagnósticas como de caráter promovedor, a avaliação é um recurso que trará o suporte necessário para que a gestão pedagógica junto com toda a comunidade escolar se articule para traçar nas estratégias rumo ao sucesso dos estudantes. Dentro do novo contexto apresentaremos as três propostas de avaliação dentro do novo ensino médio aplicadas nas escolas públicas de ensino médio em tempo integral. São elas: a **avaliação da aprendizagem**, de caráter diagnóstico, e educativo, viabiliza ao estudante a condição de analisar seu percurso e, ao professor e à escola, identificar dificuldades e potencialidades individuais e coletivas. A **avaliação institucional interna**, análise da eficácia da proposta pedagógica da escola, do seu plano de trabalho e as **avaliações externas**, que visam através da análise de resultados para aplicação de intervenções como também viabilizar a promoção do estudante às universidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É preciso compreender que pensar o projeto político pedagógico de uma escola é pensar todo o seu contexto, o seu entorno, a sua estrutura física e pessoal, não é apenas um emaranhado de regras e orientações, pois ela expressa anseios, necessidades, processos dos cotidianos de sujeitos, de atores sociais dotados de individualidades e que precisamos conviver coletivamente em prol do bem comum.

O projeto político pedagógico deverá ter caráter participativo, e para que isso seja possível, a gestão terá papel fundamental na descentralização dos poderes e consequentemente das decisões, pois quando a comunidade escolar possui um sentimento de pertence dentro do universo escolar, por ter sido coparticipante do pensar pedagógico, também terá prazer no realizar pedagógico e todos saem ganhando.

Apesar de todas as orientações, diretrizes, supervisões vindas de cima para baixo, a escola precisa garantir que seu colegiado tenha sua autonomia, tenha liberdade de criar, intervir, contribuir para o avanço e sucesso de seus alunos.

É para oportunizar um ambiente que preza as individualidades, que acolhe o diferente, que visa o desenvolvimento humano integral e o bem estar de todos os envolvidos, que o projeto político pedagógico precisa ser construído, é para gerir, para reger e garantir o direito que todo cidadão tem: uma educação de qualidade.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10649371/artigo-211-da-constituicao-federal-de-1988>. Acesso em: 14 de mar. de 2023
- CEARÁ. **História do programa aprendizagem na idade certa – MAIS PAIC**. Disponível em: <https://www.seduc.ce.gov.br/mais-paic/> Acesso em: 14 de mar. de 2023

CEARÁ. SEDUC. **Ceará avalia alunos para medir impactos da pandemia na aprendizagem e propor soluções.** MOTA, Bruno. Ceará. Disponível em: <https://www.seduc.ce.gov.br/2021/07/13/ceara-avalia-alunos-para-medir-impactos-da-pandemia-na-aprendizagem-e-propor-solucoes/> Acesso em 14 de mar. 2023

CEARÁ. IPECE **informe / Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE)** / Fortaleza – Ceará: Ipece, 2020

CEARÁ. SEDUC. **Documento Curricular Referencial do Ceará – Ensino Médio.** Fortaleza, 2021.

CEARÁ. SEDUC. **Projeto Político Pedagógico Ensino Médio em Tempo Integral na rede estadual do Ceará, Fortaleza, 2020.**

CEARÁ. **Orientações Complementares aos Estabelecimentos de Ensino.** CEARÁ EDUCA. 2023

CONSELHO DE EDUCAÇÃO DO CEARÁ. **MANUAL DE ORIENTAÇÕES PARA ELABORAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO ESCOLAR.** Ministério da Educação. Parecer CNE/CEB nº 05 de 04 de maio de 2011. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília, DF, 2011.

Ministério da Educação. **Caminhos para elaborar uma proposta de Educação Integral em jornada ampliada.** SEB/MEC, 2011.

SILVEIRA, C. M. L. de S. e. **Reflexões e ações da avaliação da aprendizagem no Ceará: um breve histórico das implicações educacionais no período pandêmico.** Revista de Instrumentos, Modelos e Políticas em Avaliação Educacional, [S. l.], v. 3, n. 2, p. e022013, 2022. DOI:10.51281/impa.2013. Disponível: revistastestes.uece.br/index.php/impa/articled/view/8563. Acesso em: 15 mar. 2023.

VEIGA, ILMA PASSOS ALENCASTRO. **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível.** Papirus Editora, 2013.